

**ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2018**

Aos 18 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito pelas nove horas e trinta e cinco minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos e Tânia Gil da Rocha Lemos.

**A – PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:*

**Grupo Municipal do Partido Socialista:**

Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, José Fraga Ferreira Machado, José Machado Ferreira dos Santos, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Rui Manuel Pacheco Lopes, Salvador da Rocha Lopes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

**Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:**

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata:**

Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Guilherme Duarte Brasil, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Rómulo de Ficher Correia, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

**Grupo Municipal do CDS-PP:**

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

**Câmara Municipal:**

**Presidente:** José Gabriel Álamo de Meneses.

**Vereadores:** António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Paulo Alexandre Silva Lima, Rita Olaio de Mendonça Andrade.

*Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade.*

*O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:*

- **Proposta de projeto de lei dos Verdes sobre assistência a banhistas para discutir na Assembleia da República.**
- **Uma moção sobre a regionalização do grupo independente “Fafe Sempre” aprovado na Assembleia Municipal de Fafe.**
- **Comunicação da posição da Câmara Municipal sobre o processo de regularização extraordinária dos vínculos precários na administração pública.**
- **Um voto de congratulação da Assembleia Legislativa Regional pelos 450 anos da edificação da Sé Catedral.**
- **O boletim da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.**

## **B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

*Não se registaram intervenções por parte do público presente.*

## **C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. presidente da Mesa** – Proponho começar este período com um voto de pesar pelo falecimento de John Carlos Martins que desapareceu aos 54 anos de idade vítima de um acidente de viação. O John Martins era um empreendedor nato filho de um grande amigo meu já falecido. Foi presidente da Câmara Municipal de Artesia - nossa geminada - e cônsul honorário de Portugal. Proponho que façamos um minuto de silêncio pela morte de John Martins.

*A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio pelo falecimento de John Carlos Martins.*

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Muito bom dia senhor presidente, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e excelentíssimos vereadores. Começo por destacar a posição unânime tomada pelos vários grupos municipais na última sessão da Assembleia Municipal relativamente a problemas que afetam o nosso concelho e a ilha Terceira em geral.

Expresso aqui a minha satisfação e regozijo pela forma construtiva e serena como nos afirmámos e defendemos aquilo em que acreditamos através da criação de um documento revelador das preocupações sociais das populações desta terra que aqui representamos. Foi com enorme satisfação que se participou nesse trabalho e se pôde assistir ao impacto dessa pronúncia na comunicação social, na nossa ilha e também fora dela. Além da luta política, da posição e da oposição, é também destes momentos que se faz o nosso trabalho e quantos mais, melhor. No entanto, expresso aqui a minha preocupação pela falta de reação oficial por parte do Governo Regional a quem se destinou essa pronúncia.

Na inauguração do Parque de Exposições da ilha Terceira foi proferido um comentário pouco feliz por parte do senhor presidente do Governo Regional que, ao invés de responder a questões relacionadas com a pronúncia emitida por esta Assembleia Municipal, preferiu mencionar apenas os investimentos realizados que, provavelmente, totalizam a verba referida dos tais 60 milhões de euros, sem que tivesse feito qualquer referência aos investimentos que constam do nosso documento e que mais falta fazem no momento.

Foram dados os exemplos das três obras que apresentaram mais problemas: a Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, o Parque Tecnológico e o Parque de Exposições recentemente inaugurado, obras que se arrastaram por mais de dez anos com diversos problemas relacionados

com financiamentos, atrasos, falências de empreiteiros e divergências com o Tribunal de Contas.

É certo que toda a gente se pode equivocar mas essas obras não deveriam ter sido utilizadas como bons exemplos de investimentos na ilha Terceira e preocupa-me o facto de ter sido esta a primeira reação pública ao documento de pronúncia emanado por esta Assembleia Municipal. Espera-se uma reação mais construtiva e de maior acolhimento em relação ao que aqui aconteceu e que teve continuidade no Conselho de Ilha da Terceira e falta ainda uma reação por parte dos deputados do Partido Socialista eleitos pela Terceira a respeito destas preocupações da Assembleia Municipal de Angra e de ambos os municípios desta ilha.

Deixo aqui uma palavra de incentivo e esperança. Diz o povo que todo o bicho é feio ao nascer mas foi dado o primeiro passo - que se espera o percurso de uma grande caminhada - e é preciso que nos mantenhamos unidos e continuemos a pressionar até vermos concretizados os investimentos urgentes que tanta falta nos fazem.

A senhora Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas foi chamada à Comissão Parlamentar de Economia e vai pronunciar-se duas vezes esta semana acerca destes assuntos. Fá-lo-á uma primeira vez de forma mais genérica por iniciativa dos deputados do Partido Socialista e falará uma segunda vez na próxima quinta ou sexta-feira na sequência de duas propostas concretas do PSD a respeito de uma resolução para a construção de um cais de cruzeiros no molhe norte do Porto da Praia da Vitória, de questões relacionadas com a Linha Lilás e também a respeito da construção de uma rampa *ro-ro* no Porto das Pipas em Angra do Heroísmo. O Governo Regional terá a oportunidade de se pronunciar acerca destas preocupações e os deputados do Partido Socialista, que chamaram a senhora Secretária à Comissão, poderão também dizer de sua justiça em sede própria.

Manda quem ganha eleições e não me canso de elogiar a prestação da bancada do Partido Socialista, aqui liderada pela minha querida amiga Marília Vargas e pelo senhor presidente da Assembleia Municipal. Há coisas impossíveis sem a maioria, fruto dos resultados eleitorais, e espero que este espírito positivo e construtivo se projete cada vez mais para fora desta Assembleia e do Conselho de Ilha da Terceira para que os problemas se resolvam.

**Sra. d. m. Catarina Matias** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara e vereação, colegas de todas as bancadas. Quero felicitar a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo pelo excelente trabalho que realizou na zona balnear do Negrito, da qual sou fã, nomeadamente com a construção de uma rampa para pessoas com mobilidade reduzida dentro da piscina. Os nadadores salvadores tinham muitas dificuldades em levar estas pessoas até ao mar e esta rampa permite-lhes banhar-se de forma segura e confortável.

O que vou referir agora já não é assim tão agradável. De acordo com a solicitação de algumas pessoas, fiz várias visitas a Santa Luzia onde pude constatar uma situação verdadeiramente deprimente devido à enorme quantidade de lixo que se vê ao pé do campo de jogos. Tenho aqui algumas fotografias para vos mostrar onde se pode ver como o lixo ali abunda. Aquilo não era limpo desde maio, foi-o agora no mês de junho e está um perfeito descalabro.

Tendo em conta que Santa Luzia foi considerada a freguesia mais limpa, gostaria de perguntar ao senhor presidente da junta de freguesia ou ao seu representante, que diligências têm sido feitas para que não se veja tanto lixo naquela freguesia. Será que o senhor presidente da junta anda atento a estas coisas?

**Sr. presidente da Câmara** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhores vereadores. Hoje terei que ser um pouco mais rápido do que o habitual porque tenho que estar na Praia da Vitória por volta das 14 horas devido à visita do senhor Ministro da

Defesa Nacional e a um conjunto de outras questões de interesse para o nosso concelho que precisam de ser lá resolvidas.

Quanto a esta matéria dos resíduos, há também responsabilidades da parte do município. Os Serviços Municipalizados têm a obrigação de proceder a estas limpezas, vamos ter o assunto em devida conta e diligenciar no sentido de evitar que isto aconteça.

**Sra. d. m. Catarina Matias** – Concordo com o senhor presidente e temos que andar mais em cima da situação. Pedi às pessoas que me chamaram para ver isto que não o publicassem no *facebook* e apenas quis trazer o assunto aqui com toda a humildade para demonstrar que podemos e devemos trabalhar em conjunto. Se os Serviços Municipalizados articularem com a junta de freguesia, creio que obteremos o melhor resultado possível.

**Sr. presidente da Câmara** – Ainda hoje lá passaremos.

**Sr. d. m. Luís Brasil** – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, caros colegas deputados municipais, senhor presidente da Câmara e respetivos vereadores. Gostaria de saber quais as entidades públicas que foram consultadas para efeitos de emissão de pareceres e em que termos foi feita essa consulta para a realização da obra da Prainha.

Uma vez que temos em nosso poder o saldo da conta de gerência com um valor consolidado, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos desse conta do andamento das propostas do PSD que o senhor concordou em contemplar logo que se percebesse o valor deste saldo de gerência.

**Sr. presidente da Câmara** – Nenhuma entidade foi consultada a respeito da obra da Prainha por se tratar de uma obra da responsabilidade e competência da Câmara que a executou da forma que entendeu de acordo com o que está na lei.

No que respeita às obras que há para fazer, estamos a dar prioridade à casa mortuária de S. Sebastião. Houve um conjunto de negociações e entendimentos e esperamos resultados a breve trecho. Quanto às duas obras que se seguirão relacionadas com a construção de pavilhões, como há aqui matéria que tem a ver com a criação das zonas de regeneração urbana, estamos a estudar a forma de financiamento via IFRRU e daremos respostas logo que nos seja possível.

**Sra. d. m. Brites Baldaia** – Bom dia senhor presidente e senhora secretária da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. O CDS-PP ainda não obteve qualquer resposta ao requerimento apresentado a respeito da derrocada ocorrida na zona do Fanal. Visto já se encontrarem instalados naquele recinto os carrinhos de choque para as Sanjoaninas e tratando-se de um espaço que será muito frequentado durante as festas, gostaríamos de saber se aquela vedação será suficiente e que medidas foram adotadas para garantir a segurança das pessoas naquela zona.

Por outro lado, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos desse conta dos possíveis desenvolvimentos relativos à proposta do CDS-PP aqui aprovada por unanimidade relativamente ao passeio pedonal na zona de S. Bento e ao estacionamento em frente ao hotel do Caracol, tendo em conta o aumento do fluxo de turistas especialmente durante as festas Sanjoaninas, visto que se torna cada vez mais difícil circular naquela zona onde o trânsito fica constantemente bloqueado em frente ao hotel em horas de ponta.

**Sr. presidente da Câmara** – Aquela derrocada no Fanal aconteceu no contexto de uma obra onde caíram os materiais que é suposto serem removidos porque aquela zona serviu de depósito de entulhos na sequência do sismo de 1980 e há ali muito material solto na parte alta que será retirado. A obra está a ser acompanhada por um estudo geológico que foi refinado após esse incidente e mostra zonas de corte relativamente curtas.

A vedação foi colocada tendo em conta a geologia do local, não há nenhum risco identificado fora da rede que lá está e podemos usar aquele espaço com confiança. A obra já avançou um

bom bocado e foram eliminados os problemas relacionados com o efeito do mar sobre a falésia que será cortada num ângulo de cerca de 30 graus no sítio onde se encontravam as bandeiras para que fique rampeada. Tudo isto será feito logo que se conclua a colocação dos materiais de base do lado de fora.

Por razões de segurança é feito um levantamento diário por um topógrafo que verifica o possível deslocamento de umas miras que ali se encontram colocadas para que não haja acidentes com as camionetas que circulam lá em baixo. Até agora não foi detetado qualquer movimento e se isso acontecer essa zona terá que ser demolida mais rapidamente do que o previsto.

Quanto ao estacionamento em frente ao hotel do Caracol, a matéria foi comunicada às Obras Públicas que têm a competência naquele troço de estrada. Houve uma reunião que contou com as participações do Diretor Regional e da Secretária das Obras Públicas onde o assunto foi discutido e ficaram de desenvolver os estudos necessários para se aferir do que está contratualizado com o hotel. Nessa reunião houve uma proposta de comparticipação da Câmara para a construção do estacionamento nos terrenos localizados nas traseiras da universidade. Havia duas versões do projeto elaborado pelas Obras Públicas, optou-se por aquela que satisfazia ambas as partes e esperamos os desenvolvimentos necessários por parte do Governo Regional. A rotunda é da competência do Governo e a autarquia apenas tem responsabilidade na via desde a rampa da Silveira para cá.

**Sra. d. m. Sónia Pimentel** – Bom dia senhor presidente da Mesa e senhora secretária, senhor presidente da Câmara e Exma. vereação, caros colegas deputados. Peço ao senhor presidente da Câmara que nos indique alguma previsão do início das obras de remodelação do quartel dos bombeiros dos Altares, uma preocupação também partilhada pelo senhor presidente da junta de freguesia, Salvador Lopes. Não podemos deixar que os bombeiros voluntários passem mais um inverno a apararem infiltrações de água com baldes e a taparem janelas para travar a entrada do vento.

É do conhecimento de todos os presentes nesta sala que o corpo de bombeiros voluntários de Angra está sem comando visto que o último elemento abdicou das suas funções há, sensivelmente, oito meses. Gostaria de saber se o senhor presidente da Câmara enquanto responsável municipal também partilha desta preocupação e o que tem feito a respeito do assunto.

**Sr. presidente da Câmara** – Subscrevo inteiramente essas preocupações. Por parte da Câmara, que é apenas cofinanciadora, nada obsta que a obra arranque. Eu e o senhor vice-presidente da Câmara visitámos a sede dos bombeiros dos Altares, concluiu-se que a obra estava em condições de arrancar, mas há um conjunto de questões que é preciso resolver por parte da respetiva direção dos bombeiros.

A falta de comandante dos bombeiros tem-nos preocupado imenso. Temos mantido contactos com a direção e com a Proteção Civil e gostaria de ver esta questão rapidamente ultrapassada visto que está a causar sérios danos à prontidão dos bombeiros, ao prestígio da corporação e à sua capacidade de recrutamento e manutenção de voluntários.

Lembro que os bombeiros não são municipais e regem-se por um conjunto de regras da respetiva direção e do Serviço Regional de Proteção Civil. Aguardamos rápidos desenvolvimentos porque o arrastar deste impasse não serve os interesses de ninguém e põe em risco valores muito importantes neste concelho.

**Sr. d. m. Francisco Trovão** – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente e restantes membros da Câmara, caros colegas deputados. Intervindo na qualidade de membro da associação humanitária dos bombeiros de Angra, lembro que a questão das obras da secção dos Altares já foi aqui falada noutra reunião da Assembleia Municipal. Na altura aponte uma data

prevista para o início das obras e gostaria que o processo tivesse avançado mais rapidamente mas as coisas foram sendo adiadas por questões burocráticas.

A direção dos bombeiros reuniu a semana passada mas o senhor presidente teve que se ausentar para estar presente no Congresso da Federação Regional dos Bombeiros na ilha do Faial. Precisamos de elaborar umas atas e preparar alguns documentos e temos uma reunião agendada com o empreiteiro para o próximo dia 20 para que a obra arranque o mais rapidamente possível porque todos conhecem o estado calamitoso em que aquilo se encontra. Esta é uma situação que preocupa a associação dos bombeiros, a freguesia dos Altares e todo o concelho e é do interesse de todos que as coisas se resolvam o mais rapidamente possível.

A falta de comando nos bombeiros de Angra do Heroísmo preocupa-nos a todos e tem sido tratada com a maior celeridade. O assunto foi encaminhado para o serviço competente e marcaremos uma reunião com o senhor presidente do Serviço Regional de Proteção Civil no sentido de vermos a situação resolvida o mais rápido possível.

**Sr. presidente da Mesa** – Não sendo hábito meu participar nos debates, gostaria de acrescentar que os bombeiros estão sem comandante mas não estão sem comando. Para que todos fiquem tranquilos, é preciso que saibam que se trata de duas situações completamente distintas. Digo-o com conhecimento de causa na condição de presidente da assembleia geral e porque estive nas lides da Proteção Civil durante vários anos. Para que não se instalem ideias erradas na opinião pública, é preciso ter em conta que, apesar de não haver comandante, há comando nos bombeiros.

É demasiado complexo o problema da destituição do comandante que, apesar de ter sido convidado a sair pela direção, não quis entregar o seu pedido de demissão o que causou algum problema à Proteção Civil, a quem compete proceder à escolha de um novo comandante. Como referiu o senhor deputado Francisco Trovão, a situação está nas mãos da Proteção Civil mas aquela casa não está desgovernada; há uma cadeia de comando que funciona e responde às solicitações do dia a dia dos bombeiros.

**Sr. d. m. Délio Borges** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhores deputados e senhores presidentes de junta. A nossa cidade já se encontra engalanada a poucos dias do início das festas Sanjoaninas. Na pessoa do senhor presidente da Câmara ou do vereador responsável, gostaria de realçar o trabalho dos colaboradores da autarquia na preparação das festas, esperando que tudo decorra sem desacatos, que a cidade se mantenha limpa e que os angrenses fiquem orgulhosos e os visitantes satisfeitos com vontade de cá voltarem.

Quanto à seca que se fez sentir no inverno e na primavera, peço ao senhor presidente da Câmara um ponto da situação relativo ao caudal das nossas nascentes e se os furos se mantêm operacionais. Como se espera um verão seco, é preciso garantir que o abastecimento de água à lavoura não seja afetado, especialmente naquela zona problemática de Santa Bárbara e das Doze Ribeiras.

**Sr. presidente da Câmara** – Em nome do senhor vice-presidente da Câmara agradeço os votos de sucesso em relação às festas Sanjoaninas. Felizmente temos uma população ordeira que cuida da sua cidade e este ano contamos que tudo decorra da forma habitual.

Quanto à situação hídrica, a grande preocupação vai para o setor agrícola onde se têm verificado grandes dificuldades devido à seca com alguns danos dificilmente reversíveis mesmo que chova nos próximos dias. Neste momento as nascentes encontram-se numa situação típica do mês de agosto, ou seja, com dois ou três meses de avanço em relação ao desenvolvimento normal do ano hídrico.

Nesta altura temos quatro furos operacionais e outros quatro em reserva. À medida que o caudal se for perdendo e o consumo aumentando, particularmente na área agrícola, teremos que

ir arrancando com os outros furos sempre que for necessário. Tudo faremos para evitar dificuldades no abastecimento de água ao setor doméstico que é prioritário e temos um razoável grau de certeza que daremos conta do recado, mas temos que mostrar alguma humildade contra as forças da natureza.

O abastecimento de água à agricultura é problemático porque está muito dependente de furos e funciona em boa parte em regime concorrencial com o abastecimento doméstico. No momento em que surjam problemas no abastecimento de água à população, o abastecimento à agricultura será o primeiro a sofrer.

No ano passado o município fez um grande esforço no sentido de evitar a falta de água na agricultura. Durante algumas semanas com custos elevadíssimos, e apesar de não ter sido um ano tão difícil como este, foi preciso transportar água de camião dos Altares para a Serreta mas já no fim da época seca quando a chuva era esperada a qualquer momento, o que acabou por acontecer após duas semanas. Este ano, se tivermos que arrancar com este tipo de transporte mais cedo, tudo será um pouco mais complicado visto que o equilíbrio financeiro dos Serviços Municipalizados depende essencialmente do ano hídrico e as contas começam a desequilibrar quando deixamos de distribuir água das nascentes e passamos a utilizar os furos. Às vezes isto recupera mas este ano está já a revelar-se de algum prejuízo para os SMAH.

**Sra. d. m. Elsa Costa** – Muito bom dia senhor presidente da Mesa e senhora secretária, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Começo por chamar mais uma vez à atenção para o recorrente mau estado de conservação das nossas estradas. Desta vez dou o exemplo da estrada junto ao Centro de Saúde que é muito frequentada e a descida da rua da Miragaia que é um sufoco, especialmente para quem usa salto alto. Acontece o mesmo noutras ruas e ruelas desta cidade, por isso gostaria de saber se estão previstas obras de melhoramento.

Na última sessão da Assembleia Municipal chamei à atenção para uns ecopontos que foram colocados no Caminho do Meio de S. Carlos que, devido ao seu volume excessivo, se tornam uma afronta à paisagem numa zona de passagem de turistas. Na Canada da Penha de França existem uns ecopontos de menores dimensões que são utilizados pelo infantário e por outras IPSS's e poderiam ser trocados por estes por serem menos agressivos em termos de impacto visual e ambiental.

**Sr. presidente da Câmara** – Falando de forma genérica em relação à Canada dos Melancólicos junto ao Centro de Saúde e a outras ruas da zona urbana, informo que temos vindo a fazer um esforço no sentido de manter os pavimentos em bom estado. É certo que temos algumas ruas com maus pavimentos mas havemos de lá chegar quando a situação financeira o permitir porque estas obras deixaram de ser cofinanciadas, exigem um financiamento a 100% por parte do município e, enquanto não tivermos financiada a obra junto ao jardim, temos que andar um bocadinho mais devagar. Está em vias de ser lançada a empreitada para a reparação da Miragaia e da rua da Pereira e o troço compreendido entre o cruzamento e o seminário até ao fim da calçada será refeito no próximo outono.

O tamanho dos ecopontos é calculado em função da quantidade de pessoas que os mesmos servem mas iremos verificar se estes cumprem esse critério. Desde que não transbordem de lixo, não considero que o tamanho dos ecopontos seja ofensa para ninguém. O que mais vemos em qualquer bom povoado deste mundo é um bom posicionamento dos ecopontos acessíveis a toda a gente.

**Sra. d. m. Elsa Costa** – Os ecopontos são demasiado grandes porque há pouca gente ali a viver e é uma questão de os trocar porque os outros ficam ao pé de um colégio. Quanto às calçadas, são necessárias obras em todas as ruelas desta cidade e não apenas na Miragaia.

**Sr. presidente da Câmara** – Para isso são precisos dez milhões de euros mas vamos trabalhar nisso.

**Sra. d. m. Maria de Fátima Ferreira** – Muito bom dia a todos. Recebemos essa informação e estamos a tratar do assunto. Já conversei com a senhora vereadora Raquel Ferreira e vai ser feita uma nova avaliação até porque existem uns ecopontos em S. Carlos ao pé de um triângulo que são demasiado pequenos para a quantidade de lixo que lá é depositado.

**Sr. presidente da Mesa** – Antes de entrarmos na Ordem do Dia, e como já repararam, estou sem o 1º secretário porque o senhor Vasco Capaz entendeu pedir a renúncia do seu mandato. Assim sendo, peço ao senhor Durval Santos que o substitua nesta sessão para assessorar a continuidade dos trabalhos enquanto não procedemos à eleição de um substituto definitivo.

## **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 – DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 21 de abril a 10 de junho de 2018, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – A atividade municipal decorreu dentro da normalidade durante este período entre sessões da Assembleia Municipal. A época balnear arrancou a semana passada e este ano foram investidos mais de 200 mil euros em arranjos nas zonas balneares para se dar resposta ao grande aumento da procura verificada nos últimos anos.

Apesar de algumas questões a resolver, este ano deu-se um grande avanço dentro das nossas disponibilidades financeiras. Houve aquele volte-face relacionado com as bandeiras azuis, que este ano se encontram colocadas nos locais habituais, e espero que tudo decorra sem nenhum acidente porque foram tomadas todas as medidas para tal.

A primeira fase da obra da ligação entre a baía do Fanal e o Relvão está pronta. Há ali uma grande melhoria no ordenamento urbano da cidade com mais um ponto de interesse e visitação e estão todos convidados para a inauguração que terá lugar hoje às 18 horas.

Está também finalizado o parque de estacionamento anexo e a obra do jardim. Foi colocada uma tampa de cimento em cada uma das caldeiras das árvores do parque de estacionamento mas tivemos que adiar um bocadinho a plantação de árvores e relva que se revela uma luta inglória nesta altura do ano e será retomada no outono.

As restantes obras estão a decorrer na normalidade, nada há a assinalar do ponto de vista da execução financeira, e volto a referir que ainda não foi obtido financiamento para a obra junto ao jardim, o que nos causa algumas restrições.

No que respeita à situação hídrica, fez-se uma volta por tudo o que são furos para que possamos ter uma reserva ativa em caso de necessidade e estamos em vias de adquirir um novo sistema de telegestão porque temos tido algumas dificuldades que levaram a algumas faltas inopinadas de água nalguns sítios porque as bombas não arrancaram em alguns reservatórios.

**Sra. d. m. Ana Borges** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Na qualidade de presidente da Terceira Idade da freguesia da Feteira e a convite de toda a Terceira Idade, tenho a honra de convidar V. Exas para um almoço a realizar hoje na Casa do Povo da Feteira em louvor ao Divino Espírito Santo. É com muito gosto que esperamos contar com a vossa presença porque as sopas já estão prontas.

**Sr. presidente da Mesa** – Muito obrigado pelo convite.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Senhor presidente da Câmara, acabei de ficar mais preocupado em relação ao abastecimento de água no concelho do que alguma vez estive nos últimos anos porque sempre nos foi dada a absoluta garantia de que este concelho estaria munido de todas as ferramentas para que não se repetissem situações idênticas às ocorridas num passado não muito longínquo. Pelo que o senhor acabou de dizer, fiquei sem saber se serão heranças de Cota Rodrigues, dos furos e da instalação das tais bombas ou tarefas de Álamo que necessitam de alguma coordenação e gestão.

Ao contrário dos anos anteriores em que colocámos as mesmas questões, este é um ano verdadeiramente seco em que a resposta não devia mudar...

**Sr. presidente da Câmara** – A resposta não muda.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Para utilizar um termo que é caro ao Partido Socialista, a narrativa mudou e deixa-nos preocupados porque é nos anos secos que precisamos de melhor abastecimento de água.

Todos percebemos a explicação dada em relação aos bombeiros e sei que existe uma cadeia que funciona, mas não se pode ficar refém dos mandos ou desmandos de quem quer que seja. Parece-me que ninguém quis sujar as mãos com isto mas existe um problema que tem que ser resolvido. Independentemente da complexidade das regras de eleição ou de destituição de um comandante de bombeiros, existe uma hierarquia a respeitar e o interesse público e a segurança das populações estão acima de tudo.

Havendo uma tutela, há também decisores políticos que devem ser responsabilizados. Encontrando-se acima dos deputados da oposição e do senhor presidente da junta de freguesia dos Altares, o senhor presidente da Câmara, como responsável máximo da Proteção Civil do concelho, deve interceder junto do Governo Regional e do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores para que tudo isto se resolva com a maior celeridade.

Senhor presidente da Câmara, a dada altura correu por aí a notícia dando conta que parte da zona dos Celeiros teria um possível comprador, por isso volto a colocar-lhe a questão habitual acerca das grandes ruínas do concelho.

Em audições aos deputados na Assembleia Legislativa Regional, a senhora Secretária dos Transportes e Obras Públicas apontou para o último trimestre deste ano a data para a concretização do investimento referente ao estacionamento da Silveira junto à universidade dos Açores e às obras do último troço da variante a S. Carlos, uma questão aqui recorrentemente colocada pela doutora Rita Andrade que agora está aqui como vereadora. Gostaríamos de saber em que medida a Câmara Municipal, nem que seja ao nível do licenciamento, poderá fornecer mais algumas achegas aos membros da Assembleia e aos munícipes acerca destes dois investimentos.

Com as habituais reticências e preocupações quanto à instabilidade daquelas falésias, saúdo a forma como está a decorrer a obra do Fanal. Teremos certamente ali uma zona balnear fabulosa para o turismo do concelho, que vai agradar às pessoas e valorizar imenso a baixa da freguesia de S. Pedro, mas não devemos esquecer que a obra foi anunciada pela primeira vez pela anterior presidente da Câmara Andreia Cardoso e já leva dez anos de atraso.

Gostaria ainda que o senhor presidente da Câmara nos informasse se aquelas obras poderão implicar algumas consequências na qualidade das águas da Silveira nesta época balnear e se existe alguma decisão tomada quanto à versão final da zona pedonal que ligará o Fanal à zona das Areias Brancas porque, da última vez que conversámos com o senhor presidente da Câmara, não havia ainda uma decisão final do tipo de estrutura a construir ou dos materiais a utilizar.

**Sr. presidente da Câmara** – A narrativa é sempre a mesma e não voltará a acontecer o que aconteceu em 2008 pelas mesmas razões. Pelo registo da situação hídrica das últimas décadas, decerto conseguiremos ultrapassar essas situações que, sendo excecionais, poderão apresentar resultados também excecionais.

Temos neste momento um dos melhores sistemas de abastecimento de água no concelho de Angra e nos últimos anos foram feitos investimentos chave, dos quais passo a destacar dois: a construção do reservatório da Fonte Faneca e a respetiva ligação que nos permite enviar água desde a zona dos Cinco Picos até à Serreta e a ligação do reservatório da Roseira aos Cinco Picos para o envio de água para o Porto Judeu e para a Feteira, reforçando a segurança no abastecimento para o consumo humano. Melhorámos a resiliência do sistema e estamos muito melhor equipados para situações excecionais.

No que respeita ao abastecimento de água à lavoura, foi feito um investimento na recuperação de um reservatório na Serreta e outro na construção de uma lagoa por cima das Doze Ribeiras que veio dar uma ajuda apesar de a situação aí continuar um pouco difícil com algumas restrições porque as condutas que transportam a água até à Serreta foram pensadas para servirem a população e não os animais. As pessoas estão bem servidas nesta zona do concelho mas é preciso continuar o trabalho de fornecimento de água à agricultura. Há um projeto de construção de uma lagoa naquela zona mas é preciso encontrar o financiamento necessário.

É bom que os senhores deputados saibam que não se trata de narrativa. Quando falamos em hidrologia e em clima, sabemos que podemos estar seguros para períodos de retorno de dez ou de cinquenta anos mas devemos contar sempre com situações absolutamente excecionais. Se se repetir o que aconteceu em 2008, cá estaremos para encarar o problema; se acontecer algo excepcional, tudo faremos para que as coisas funcionem. Ainda é muito cedo e pode ser que todo este cenário mude caso chova na próxima semana.

As obras que o senhor deputado referiu são da responsabilidade do Governo Regional e a intervenção no Fanal está a decorrer com toda a normalidade. Está já a ser colocado material de aterro por detrás do Terceira Mar Hotel e optou-se por manter a proteção junto ao terreno por razões de dificuldades de acesso. Previa-se que a obra fosse feita a partir do hotel mas a administração não considerou boa ideia a colocação de gruas ou camiões a circularem pelo seu recinto.

A obra terá que ser feita ao longo do litoral com aterro junto ao solo porque o ferro apresentaria sérios problemas de manutenção futura, nem mesmo uma *bobcat* poderia lá chegar a não ser através do hotel, e a obra ficaria sempre dependente da autorização para utilização do seu recinto para serviços de manutenção, uma pequena pintura ou outro arranjo qualquer.

Quanto à qualidade da água na Silveira, quando houver terra no mar, poderá haver material em suspensão que seja para lá arrastado mas as análises habituais não detetam isso e têm a ver com coliformes. Caso haja qualquer problema, como já perceberam, não é propriamente uma tragédia a retirada de uma bandeira azul porque vivemos muito bem sem elas.

Há mudanças de mão em alguns dos edifícios em ruínas e perspectivas de outras mudanças em breve. Os adquirentes são empresas de investimento imobiliário mas ainda não percebi se se trata apenas de especulação imobiliária para venda futura ou do princípio de um investimento concreto naqueles locais. Todos os edifícios estão em mutação de proprietário desde o hospital velho, passando pela antiga fábrica dos laticínios até aos celeiros, mas o que virá a seguir continua a ser uma incógnita.

**Sra. d. m. Elsa Costa** – As alterações climáticas são evidentes e é sempre melhor acautelar e gerir os riscos para se evitar o pior. Além das críticas, temos também que enaltecer o que corre bem, por isso gostaria de dar os parabéns ao senhor presidente da Câmara pelas centenas de crianças e pela quantidade de pessoas que vimos na cidade a participarem nas diversas

atividades do dia mundial da criança. Enalteço esta Câmara pelo excelente trabalho efetuado. Muitos parabéns.

**Sr. d. m. Luís Costa** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e elenco camarário, caros colegas. Volto a referir a situação da obra da rede de águas e asfaltamento da Ladeira da Roída em S. Bartolomeu já aqui apresentada na sessão anterior desta Assembleia. Sabemos que a obra se encontra cabimentada e deveria ter sido iniciada nos finais de março ou princípios de abril, o que não aconteceu, por isso gostaria de saber o ponto da situação.

Uma segunda questão diz respeito à Canada dos Carneiros, à Canada do Casado e à Canada da Igreja. Há cerca de um mês e meio esteve uma empresa a proceder à pintura da via que liga esses três arruamentos mas entenderam que tinham terminado a obra e foram-se embora sem procederem à repintura da passadeira que serve a única escola ativa na freguesia e é muito utilizada para a travessia da estrada com destino à igreja. Não finalizaram a obra e foram-se embora.

A rua doutor Joaquim Bartolomeu Flores, conhecida pela Canada da Calçada, é uma estrada muito utilizada para a circulação dos residentes do centro da freguesia de S. Bartolomeu, dos Regatos e do Pesqueiro. Aquela via foi intervencionada há uns anos com a renovação da rede de águas e da asfaltagem mas não foi feita a marcação do pavimento e já aconteceram por ali acidentes graves nalgumas curvas mais apertadas. Sei que a junta de freguesia pretende proceder à marcação da via, por isso pergunto ao senhor presidente da Câmara o que nos pode adiantar sobre o assunto.

**Sr. presidente da Câmara** – Estamos a trabalhar no sentido de ultrapassar rapidamente o assunto relativo à Ladeira da Roída. A obra não começou na altura prevista devido a uma avaliação que foi feita da rede de águas que exige a sua substituição integral e à elaboração de um projeto de águas que demorou algum tempo mas encontra-se concluído e as coisas estão em andamento.

Quanto às pinturas no pavimento, provavelmente o contrato com a empresa não deveria incluir a pintura das passadeiras mas o senhor vice-presidente tentará descobrir o que aconteceu. Tentámos pintar as vias que se encontram em melhor estado e este não é o último contrato com esta empresa. Está-se a preparar um novo contrato para mais uns tantos quilómetros e provavelmente serão contempladas outras ruas de S. Bartolomeu.

**Sr. d. m. Luís Brasil** – Tenho que retomar a questão da Prainha porque não considerei satisfatória a resposta do senhor presidente da Câmara. Há uns anos absorveu o extinto gabinete da zona classificada e chamou a si um conjunto de responsabilidades acrescidas ao nível do licenciamento e execução de obras no centro histórico de Angra. Como o senhor presidente da Câmara deve saber, porque é culto e chefia o organismo certo com as responsabilidades de uma cidade património mundial, a obra não mexeu com a estrutura do século XVI mas com algo que foi feito mais tarde.

O PSD tem sido crítico de forma contundente em relação a um conjunto de intervenções. Aos poucos vão desaparecendo pequenos elementos interessantes do ponto de vista histórico-cultural na cidade e a Prainha é apenas mais um episódio. A legislação não o obrigaria a consultar a DRAC mas o senhor não estaria inibido de o fazer à semelhança do que aconteceu em relação a estruturas de muralhas na zona do Monte Brasil em que a Direção Regional teve o cuidado de definir tecnicamente as intervenções a efetuar e os materiais a utilizar para que fosse mantida a integridade dos edifícios. Desta vez a Câmara entendeu resolver o problema apelando a questões de segurança que consideramos pertinentes, mas teria sido possível manter aquele espaço seguro com a aplicação de materiais idênticos porque é perfeitamente exequível aquele tipo de acabamentos.

Como a atividade turística está na berlinda, perdeu-se a oportunidade de recuperar e melhorar a segurança daquele espaço do século XIX, catalogando-o com um pequeno texto explicativo acerca daquela intervenção e do seu significado. É lamentável a falta de sensibilidade na preservação da nossa herança cultural para os habitantes locais e para quem nos visita. Optou-se pela solução fácil de estender uns metros de ferro e betão, acabando por fazer desaparecer o que lá estava.

**Sr. presidente da Câmara** – Permitam-me discordar porque o que lá estava era tufo retirado daquela zona onde agora se situa o parque de estacionamento do tanque do azeite que hoje será inaugurado. Aquela obra foi aberta em 1892, o tufo é altamente instável e desfaz-se facilmente e o betão é o elemento estrutural que segura tudo aquilo. Se amanhã alguém entender optar por outro tipo de acabamento basta recobrir a superfície do betão mas não creio que valha a pena.

A igreja do Castelo está a desfazer-se da mesma maneira e temos que proceder a uma intervenção idêntica às das igrejas da Conceição e do Colégio que já tiveram os seus cunhais completamente desfeitos. Os mais velhos talvez se lembrem que faltavam bocados na torre da igreja, resultado de uma péssima ideia em relação à conservação do património. O tufo e o traquite, infelizmente as duas rochas mais usadas em construção nesta cidade, por razões químicas não podem ficar expostas ao ar à beira-mar, por isso aquela zona necessitava de um recobrimento qualquer.

Em relação a questões patrimoniais e no que respeita à visita, hoje vão poder constatar mais uma vez o cuidado que se tem tido na explicação para esses espaços e nas próximas semanas vão ser colocadas placas explicativas em várias zonas do litoral desde o Castelhinho até à Silveira. Essas placas possuem um *QR Code* e quem tiver um telefone destes pode obter a informação na língua que entender.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Saúdo a construção daquele acesso pelo litoral que julgo a alternativa mais eficaz com as habituais salvaguardas de quem foi nascido e criado naquela zona e conhece a violência dos temporais provenientes de sudoeste. Após o primeiro temporal é que se poderá averiguar a resistência daquela obra mas julgo que é melhor um acesso continuado àquela costa a partir do Fanal do que atravessar um hotel que colocaria algumas restrições da fruição do seu espaço.

Estando já previsto no processo inicial, uma zona balnear e um acesso ao mar na zona do Fanal, pergunto se esta ligação às Areias Brancas não constituirá uma oportunidade para múltiplos acessos ao mar ao longo daquela costa, aproveitando a obra que ali está a ser feita para potenciar a fruição de toda aquela zona e dispersar os banhistas em vez de os concentrar no tradicional arrojamento de focas em que se tornaram algumas das nossas zonas balneares, por vezes sem espaço para se estender a toalha.

No que respeita às obras e ao património, vamos ter que concordar que discordamos, senhor presidente. Percebo que por vezes não se devem utilizar os mesmos materiais mas devem ser evitadas as dissonâncias arquitetónicas e estéticas. Apesar da escolha do material mais resistente e durável na intervenção na Prainha, foi ali criada uma dissonância e poderiam ter sido usados materiais de revestimento ou pigmentação para evitar aquele aspeto de betonagem pura e simples que destoa com a zona envolvente.

Não tenho dúvidas que outros troços daquela muralha ou outros edifícios do concelho poderão vir a precisar de intervenções de conservação mas devem ser evitadas dissonâncias com cara de remendo. Apesar do cuidado com a proteção e resistência daquela muralha, o que ali temos é um remendo com betonagem convencional.

**Sr. presidente da Câmara** – Pois, concordamos em discordar. Quanto aos acessos, como não se prevê a colocação de nadadores salvadores, teremos ali duas zonas de banhos, uma já existente nas Areias Brancas que será melhorada e alargada e outra no Fanal. Há zonas em que

o mar avança junto ao muro do hotel e outras com uma plataforma rochosa mais alargada e só depois da obra concluída é que poderemos verificar onde será mais segura a criação de acessos ao mar.

*Terminadas as intervenções, a Informação sobre a Atividade Municipal foi considerada apreciada.*

**1.2 - Consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo, composto pelo Município de Angra do Heroísmo, que compreende a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados. Para apreciação e votação do órgão deliberativo nos termos do n.º 2 do artigo 75.º e do artigo 76.º da Lei das Finanças Locais e nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Proposta de aplicação de resultados e aprovação do Saldo de Gerência. O saldo da Gerência de 2017 é de 3 811 642,46 € composto por 3 569 839,16 € de execução orçamental e 241 803,30 € de operações de tesouraria. Propõe-se a sua aprovação de acordo com os pontos 2.6 e 2.7.5 do POCAL. O resultado líquido positivo é de 1 624 978,64 €.**

**Nos termos do ponto 2.7.3.3 e 2.7.3.5 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 - A/99 de 22 de fevereiro, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado seja utilizado de acordo com o proposto nas contas individuais.**

**Sr. presidente da Câmara** – Trata-se de uma simples soma aritmética entre as contas já aprovadas por esta Assembleia e não temos nenhuma estrutura fora do perímetro que este órgão controla. Esta consolidação está prevista na lei porque há municípios com empresas municipais ou outras estruturas fora do perímetro normal da conta. No nosso caso, os senhores conhecem tudo o que existe e esta é uma simples soma do que aprovaram na sessão anterior.

*Não se registaram mais intervenções. A consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).*

**1.3 - Primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de 2018. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Temos vindo a assistir a um grande crescimento na procura de obras nos últimos tempos e estamos a receber por semana o que recebíamos num mês. Uma das nossas arquitetas tem um período de impedimento relativamente longo e por uma questão de natureza estrutural precisamos de mais um técnico para garantirmos a celeridade necessária na apreciação do licenciamento urbano. Como estamos impedidos de aumentar a despesa, aproveitamos as saídas do ano anterior por motivos de reforma ou outros. Como conseguimos acomodar mais um salário, abrimos concurso imediato para um lugar de arquiteto.

*A primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de 2018 foi aprovada por unanimidade.*

**1.4 - Regulamento do Sistema Municipal de Apoio Complementar à Frequência de Estudos Pós-Secundários e Superiores. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. vereador Guido Teles** – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados. As grandes alterações são o

alargamento aos mestrados. Quem possuir licenciatura e pretender prosseguir com um curso de mestrado pode agora concorrer a todas as modalidades de apoio constantes no regulamento.

Existe também uma alteração do que estava previsto em termos de apoio à participação das propinas a quem estudasse no polo de Angra da universidade dos Açores. Os Serviços de Ação Social da universidade dos Açores estavam a exigir a devolução do apoio concedido pelo próprio Estado pelo facto de os estudantes receberem apoios da Câmara para o pagamento de propinas. Como pretendemos incentivar a frequência de estudos na nossa universidade, substituímos esta participação de propinas por uma bolsa de estudo complementar de mil euros para os estudantes que cumpram os requisitos e se encontrem enquadrados pelos escalões 1 ou 2 da Ação Social Escolar.

Uma terceira alteração prende-se com a integração neste regulamento de uma matéria que estava presente numa deliberação autónoma, os prémios de mérito escolar. Pretende-se assim conjugar os apoios à frequência de estudos superiores previstos neste regulamento com um prémio de incentivo ao mérito atribuído aos melhores alunos de todas as escolas do ensino secundário do concelho incluindo o profissional e o profissionalizante. Há um prémio de mil euros para as primeiras melhores notas de cada escola que é acumulativo como majoração do escalão do respetivo estudante.

**Sra. d. m. Catarina Matias** – O senhor vereador Guido Teles fez muito bem em integrar os prémios de mérito escolar neste regulamento que, no entanto, nos merecem algumas ressalvas. No ano 2017 a autarquia de Angra do Heroísmo apoiou 119 alunos; 94 receberam apoios através de bolsas de estudo, os restantes foram apoiados noutras modalidades e este regulamento visa o mesmo espírito ao alargar os apoios aos mestrados visto que há um número cada vez maior de alunos sem condições económicas para continuarem os seus estudos.

O artigo 6º refere que os apoios são concedidos aos alunos que não ultrapassem os 26 anos de idade mas proponho um alargamento até aos 30 anos para facilitar também a candidatura dos alunos com licenciaturas anteriores ao Tratado de Bolonha. Assim, os alunos com idade superior a 26 anos, que eventualmente tenham interrompido os seus estudos e tenham dificuldades em ingressar no mercado de trabalho, poderiam candidatar-se ao mestrado um pouco mais tarde e beneficiar destes apoios. Muitos não conseguem trabalho e os que trabalham auferem o ordenado mínimo nacional.

Como o senhor vereador Guido Teles referiu, de acordo com o antigo regulamento, os candidatos eram abrangidos pelos escalões 1, 2 e 3 e com esta alteração mantêm-se apenas os escalões 1 e 2. O valor dos apoios talvez deva ser revisto porque nem todos os cursos implicam um pagamento de 1 000 euros em propinas, oscilam entre os 600 e os 900 euros e poder-se-á criar aqui alguma desigualdade entre candidatos dos diferentes cursos.

A obrigação das 75 horas deveria aplicar-se apenas aos alunos bolseiros que recebam a propina máxima e não àqueles que beneficiam de majorações ou de pagamento de juros porque esta Câmara não tem capacidade para os receber a todos; temos visto que alguns são dispensados porque os serviços não os conseguem acolher também devido às suas licenciaturas.

Por último, gostaria de ressaltar uma situação no artigo 23, «Obrigações dos beneficiários». A alínea c) do ponto 4 deveria ser convertida num Ponto 5; onde se lê «participar» seria a alínea a); a alínea e) passaria a alínea b), a alínea f) passaria a c) e a alínea d) poderia incluir a ressalva das 75 horas apenas para bolseiros.

**Sr. presidente da Câmara** – Onde se lê «C» deve ler-se «5». Como fui a última pessoa a mexer naquilo, posso informar que se trata apenas de um problema de formatação.

**Sr. vereador Guido Teles** – Os apoios são concedidos tendo em conta a idade dos candidatos na altura da primeira matrícula e destinam-se aos que ainda se enquadrem na idade adequada para prosseguirem os estudos superiores. Apesar de compreender a posição da senhora

deputada, o assunto foi discutido em reunião de Câmara e continuamos a defender que deve ser mantido este limite.

As universidades preveem um procedimento de equivalência de disciplinas para reconhecimento de mestrados integrados. Os senhores vereadores do PSD apresentaram uma proposta no sentido de se prever um alargamento deste apoio para que os candidatos licenciados pudessem continuar o seu mestrado integrado noutras universidades. Assim sendo, e devido a estes procedimentos de equiparação, alargámos o apoio a todos os mestrados com a fixação do teto máximo para as licenciaturas e para os mestrados.

Este valor de 1 000 euros destina-se apenas aos candidatos ao polo universitário de Angra do Heroísmo. Pela consulta que fizemos, poucas propinas se situam abaixo dos 900 euros e se equiparássemos o valor do apoio ao valor das propinas, o problema manter-se-ia. O apoio seria considerado para o pagamento de propinas e os serviços da ação social continuariam a exigir aos alunos a devolução do montante de comparticipação. Existe o risco de se apoiar um pouco acima da propina aplicada mas quase todas estão afixadas mais ou menos no mesmo valor dos 900 euros, por isso se trata de um incentivo e não de uma comparticipação direta à propina.

No que respeita à obrigatoriedade das 35 horas para os bolseiros, temos dispensado o estudante sempre que o respetivo curso não se enquadre na área do estágio a realizar. Noutras situações é proposto ao estudante que cumpra estas 35 horas numa entidade sem fins lucrativos do concelho considerada a mais adequada, como já aconteceu, procurando-se assim a melhor solução para cada caso.

**Sra. d. m. Catarina Matias** – Continuo sem perceber se existe a obrigatoriedade das 35 horas para todos os estudantes.

**Sr. vereador Guido Teles** – Existe para todos, dispensando caso a caso consoante a área de estudo.

**Sra. d. m. Catarina Matias** – Acha isso correto?

**Sr. vereador Guido Teles** – Achamos correto, senão não estaria previsto.

**Sra. d. m. Catarina Matias** – Segundo o que me passa pelas mãos, está a ser tudo dispensado.

**Sr. vereador Guido Teles** – Ou talvez não. O estágio será feito em entidades sem fins lucrativos do concelho devidamente enquadradas para tal. Como é do conhecimento da senhora deputada, em algumas situações, essas 35 horas de estágio foram cumpridas aqui na Câmara Municipal mas tudo depende da disponibilidade dos serviços para receberem os estudantes naquela altura.

**Sra. d. m. Catarina Matias** – Não é naquela altura, senhor vereador.

**Sr. presidente da Câmara** – Quando alguém recebe um benefício público, é bom que haja sempre algum grau de contrapartida. Antigamente isto funcionava porque tínhamos 5 ou 6 bolseiros; agora temos mais de 100, o antigo sistema não pode funcionar e o desafio que temos que encarar na Câmara é outro. Em vez de se acabar com esta obrigação, procuramos entidades da sociedade civil que possam receber estes jovens para que toda a gente sinta que está a dar o seu contributo à sociedade. Como não temos espaço físico para acomodar 100 jovens, temos que os dispersar pelo concelho porque há muitas instituições que podem perfeitamente utilizar o trabalho de mais uma pessoa durante o verão. Esta é também uma forma de estes jovens conhecerem melhor a sociedade e se integrarem nas diversas instituições.

**Sra. d. m. Catarina Matias** – Isto deveria ficar escrito, senhor presidente. Lamento mas não vamos a lado nenhum apenas com conversa e todo o regulamento prevê que quaisquer alterações fiquem devidamente registadas por escrito. Se é assim que o querem votar, ao menos que seja incluído aqui o que o senhor acabou de referir sobre a sociedade civil.

**Sr. presidente da Câmara** – Aceitamos essa alteração e o senhor vereador Guido Teles já está a proceder à redação.

**Sra. d. m. Brites Baldaia** – Bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Parecem-me bem as alterações propostas referentes ao alargamento do presente regulamento às situações de mestrado e aos prémios atribuídos mas gostaria de sugerir uma alteração ao artigo 11º no que respeita aos critérios de seleção porque é importante atender às necessidades reais de empregabilidade no concelho dando preferência a determinados cursos.

**Sr. presidente da Câmara** – Esta foi uma das razões que levou à alteração deste regulamento em 2015. A previsão de empregabilidade é uma tarefa cada vez mais difícil porque vivemos numa sociedade aberta em que precisamos de jovens cada vez melhor preparados que procuram os seus próprios destinos e é altamente inseguro criar limites àquilo que a Câmara entende como empregabilidade. Eu não consigo prever a empregabilidade de um ou de outro curso nos próximos tempos, tudo isso se tornaria redutor em relação às aspirações dos jovens neste concelho, e foram essas as razões que fizeram com que esta norma desaparecesse na última alteração ao regulamento.

**Sra. d. m. Brites Baldaia** – Não obstante a sensibilidade a esse argumento, a Câmara não teria o monopólio dessa decisão e é possível o entendimento com outros parceiros para se perceber as reais necessidades do concelho. Visto que este regulamento tem sido objeto de revisões periódicas, não vejo qualquer inconveniente de conversarmos sobre isto sempre que se revele necessário.

*Terminadas as intervenções e após votação, o Regulamento constante do Ponto 1.4 foi aprovado por maioria com 27 votos a favor (22 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).*

**1.5 - Criação das áreas de Reabilitação Urbana de São Mateus e do Porto Judeu nos termos do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana instituído pelo Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017 de 27 de julho. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Estas duas áreas, já anunciadas e debatidas na última sessão da Assembleia aquando a aprovação das áreas anteriores, são a conclusão do processo a que a Câmara se tinha proposto e que consta dos seus compromissos eleitorais. Trata-se do litoral entre a Canada da Luz e o Terreiro em S. Mateus e da faixa litoral abaixo da Estrada Regional entre a Canada da Ponta Gorda e o Refugio no Porto Judeu.

**Sr. d. m. Luís Brasil** – Confesso que não aprofundei o estudo desta situação e gostaria de saber se a freguesia da Terra também se encontra contemplada nesse plano.

**Sr. presidente da Câmara** – Já está contemplada.

*Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.*

**1.6 - Plano Municipal para a Igualdade de Género. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 758/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Todos os organismos públicos devem ter um plano visando a igualdade de género que foi elaborado com as consultas e o trabalho necessário de levantamento de acordo com o que está previsto na lei.

*Não se registaram mais intervenções. Após votação, o Plano Municipal constante do Ponto 1.6 foi aprovado por unanimidade.*

**1.7 - Contrato Programa a celebrar no ano de 2018 entre os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória e a TERAMB, EM, o qual inclui a mineração e a proposta de preço por tonelada devidamente justificado. Para aprovação da Assembleia Municipal.**

**Sr. presidente da Câmara** – Peço que sejam debatidos em conjunto os Pontos 1.7 e 1.8 porque são duas matérias ligadas entre si. O Contrato Programa constante do Ponto 1.7 é celebrado todos os anos entre os dois municípios e a TERAMB e visa estabelecer as condições de gestão na área dos resíduos.

No ano 2014 foram atribuídas à TERAMB as funções de gestor do sistema de resíduos urbanos e dos materiais recicláveis e pretende-se clarificar as condições em que a empresa intermunicipal presta esse serviço ao contratar com uma entidade terceira a triagem e exportação de resíduos. Enquanto o primeiro contrato abrange ambos os municípios, o segundo é assimétrico e feito em separado apenas no município de Angra do Heroísmo.

Peço a atenção dos grupos parlamentares para o facto de o documento distribuído inicialmente conter algumas imprecisões, razão pela qual foi hoje distribuído um novo documento que já se encontra nas vossas mesas com as correções necessárias que têm essencialmente a ver com questões operacionais e de enquadramento.

**Sr. d. m. Délio Borges** – Nos documentos que nos foram entregues constava o nome do administrador Paulo Monjardino mas penso que já cessou funções.

Gostaria de um esclarecimento a respeito do valor da mineração. Este benefício que aqui consta de 378 mil euros é apenas uma previsão ou trata-se de um valor garantido resultante do contrato já firmado com a EDA?

**Sr. presidente da Câmara** – É uma previsão feita com base no histórico de funcionamento destes últimos dois anos e, do ponto de vista da produção de eletricidade, a proveniência do resíduo é absolutamente irrelevante. Esperamos conseguir este valor porque as coisas melhoraram muito na relação com a EDA desde que a Central Geotérmica entrou em funcionamento e permitiu retirar um dos grupos térmicos do Belo Jardim. As deslustragens situavam-se na casa dos 40%, atualmente são inferiores a 10%, e no último mês de março vendemos cerca de 120 mil euros de eletricidade.

*O Contrato Programa constante do Ponto 1.7 foi aprovado por unanimidade.*

**1.8 - Contrato de delegação na TERAMB, EM, da gestão dos resíduos de embalagem produzidos no Município e cuja responsabilidade seja atribuída ao MAH. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16 de novembro.**

*O Contrato constante do Ponto 1.8 foi aprovado por unanimidade.*

**1.9 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Profissional a Carlos Manuel Corvelo Pereira Rodrigues a título póstumo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto.*

**1.10 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Profissional a Claudina do Coração de Jesus Borges. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

Sr. presidente da Mesa – A senhora professora Claudina do Coração de Jesus Borges foi minha professora na terceira classe e era uma excelente professora.

*Aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto.*

**1.11 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a Celso Francisco Sandrini. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.12 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a Eduardo Teixeira Coelho a título póstumo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.13 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a Euclides Delmar Mendes Coelho Álvares. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.14 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a José Nuno da Câmara Pereira a título póstumo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.15 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a Mário Luís da Silva Cabral a título póstumo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.16 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural ao Clube Musical Angrense. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.17 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural ao Grupo de Balhos e Cantares da Ilha Terceira. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por unanimidade.*

**1.18 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Desportivo a Ana Paula Espínola da Costa. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto.*

**1.19 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Desportivo a Artur Duarte de Sousa André. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.20 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Desportivo a Jorge Francisco Pereira Laureano. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.21 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Desportivo a Mário Jorge Duarte. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.22 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Comercial a Casa Agrícola José Albino Fernandes. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por unanimidade.*

**1.23 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Carlos Manuel Vasconcelos da Silveira. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.24 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Manuel Gabriel Dias Lopes. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.25 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a João Francisco Martins Furtado a título póstumo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.26 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico à Casa do Povo da Ribeirinha. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por unanimidade.*

**1.27 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico ao Centro de Oncologia dos Açores. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por unanimidade.*

**1.28 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Confederação Operária Terceirense - Associação de Socorros Mútuos. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por unanimidade.*

**1.29 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico à Irmandade de São Pedro Ad Vincula. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por unanimidade.*

**1.30 - Atribuição de Medalha de Bons Serviços Municipais Classe Dourada ao funcionário Manuel Areias Ferreira. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento.*

**1.31 - Atribuição de Medalha de Bons Serviços Municipais Classe Dourada ao funcionário Manuel Santos Soares Pereira. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento.*

**1.32 - Atribuição de um Voto de Louvor a Flávio Cristóvam. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.33 - Atribuição de um Voto de Louvor a Luís Soares Guidod de Castro. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.34 - Atribuição de Voto de Louvor a Paulo Ferreira Mendes Monjardino. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.35 - Atribuição de um Voto de Louvor a José Manuel Medeiros. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**1.36 - Atribuição de um Voto de Louvor a Luís Alberto Borba Gonçalves. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento.*

**1.37 - Atribuição de um Voto de Louvor a Marcelino Barcelos Couto. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento.*

**1.38 - Atribuição de um Voto de Louvor a Vítor Manuel Leal Câmara. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento.*

## **2. DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2.1 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Desportivo a título póstumo a Luís Manuel Martins Louro. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**2.2 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a José Homem de Meneses. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**2.3 - Atribuição de Voto de Louvor a Elena Furk. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**2.4 - Atribuição de Voto de Louvor a Catarina Cardoso. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

**2.5 - Atribuição de Voto de Louvor à equipa técnica da Cáritas. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Aprovado por unanimidade.*

**3. DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP**

**3.1 - Proposta do Grupo Municipal do CDS-PP no sentido de a Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal que, em colaboração com as outras entidades com competência na matéria, prepare uma ação conjunta de desratização coordenada em toda a ilha. Para aprovação do órgão deliberativo.**

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Infelizmente, todos conhecemos os malefícios desta praga e não vale a pena atribuir culpas a este ou àquele, a isto ou àquilo. Com esta nossa proposta pretende-se que a Câmara Municipal dê o pontapé de saída num processo de desratização abrangente em toda a ilha em coordenação com outras entidades no sentido de aumentar a eficácia da aplicação de venenos e reduzir a praga de roedores.

**Sra. d. m. Elsa Costa** – Esta proposta parece-nos bastante oportuna mas não devemos esquecer também as ratazanas, as baratas e os pombos. Não sei quem teve a infeliz ideia de achar que isto seria o Havai quando se resolveu plantar palmeiras por todo o lado que hoje servem de nidificação a estas e a outras aves.

O doutor Paulo Borges dever ter-se cansado de tanto falar nas térmitas. Quanto estivemos em pré-campanha em Santa Luzia, fiquei abismada com a dimensão desta praga que põe em risco o nosso património. Devemos ter também em conta todas as outras pragas que assolam a ilha e não nos cingirmos apenas aos ratos.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Quero agradecer o amável convite da senhora Ana Borges, presidente da junta de freguesia da Feteira. O grupo municipal do PS vê com bom grado esta proposta do CDS-PP porque é fundamental um projeto abrangente e coordenado que seja benéfico para toda a ilha.

**Sra. d. m. Isabel Berbereia** – Muito boa tarde senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais. Votou-se aqui hoje um número considerável de pessoas que serão homenageadas no dia do município em agosto.

Nos anos anteriores, esta sala tem-se revelado demasiado pequena para o número de pessoas que gostam de marcar presença para assistirem a esta cerimónia dignificante. Este ano, eventualmente será ainda mais difícil concentrar toda a gente nesta sala, por isso deixo à consideração a possibilidade de se optar por outro espaço de maiores dimensões e igualmente dignificante que permita albergar todos aqueles que pretendam disfrutar da cerimónia.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Proposta do CDS-PP constante do Ponto 3.1 foi aprovada por unanimidade.*

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h55m do dia 18 de junho de 2018, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.*

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**

**O 1ª Secretário**

---

**Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos**